

FIXOS E FLUXOS: DA POLÍTICA DE EXALTAÇÃO DA SÉ DE COMPOSTELA ÀS REBELIÕES URBANAS DO SÉCULO XII

FIXES AND FLOWS: FROM THE POLICY OF EXALTING THE SEE OF COMPOSTELA TO THE URBANREBELLIONS OF THE TWELFTH CENTURY

Jordano Viçose*

jordanovicose@gmail.com

RESUMO: No artigo *Fixos e Fluxos: da política de exaltação da sé de Compostela às rebeliões urbanas do século XII*, apresentamos e discutimos a historiografia que se debruçou acerca das rebeliões compostelanos de 1116-1117 e 1136. Por outro lado, tratamos da principal causa que originou os movimentos – a política de exaltação da sé de Compostela –, demonstrando, com isso, nossa predileção pela corrente historiográfica sociorreligiosa – forma como a nomeamos. Ao dar continuidade, ampliar e fortalecer a política pró-Compostela iniciada sob o bispado de Diego Peláez (1071-1088), Diego Gelmírez (1101-1140) transformou o centro do seu senhorio em um espaço destinado fundamentalmente às peregrinações e ao acolhimento de populações transitórias – elementos essenciais na legitimação da apostolicidade de sua sé e na consecução de dignidades. Outrossim, o prelado também consolidou a liturgia franco-romana em sua diocese, além de capitanejar uma reforma eclesiástica que promovia referenciais ultrapirenaicos se aproximando da curia papal. Ao obliterar importantes fixos e tradições locais vinculadas ao culto jacobeu, o senhor-bispo atraiu o ressentimento de seus cidadãos por transformar a cidade de Compostela em um lugar que lhes era hostil e indiferente.

PALAVRAS-CHAVE: Fixos e fluxos; A política de exaltação da sé jacobeia; Rebeliões em Santiago de Compostela.

ABSTRACT: In the article *Fixes and Flows: From the Policy of Exalting the See of Compostela to the Urban Rebellions of the Twelfth Century*, we present and discuss the historiography that has focused on the Compostela rebellions of 1116-1117 and 1136. On the other hand, we address the main cause that originated the movements — the policy of exalting the see of Compostela — demonstrating, thus, our preference for the socioreligious historiographical approach, as we have named it. By continuing, expanding, and strengthening the pro-Compostela policy initiated under the episcopate of Diego Peláez (1071-1088), Diego Gelmírez (1101-1140) transformed the center of his lordship into a space fundamentally dedicated to pilgrimages and the accommodation of transient populations — key elements in legitimizing the apostolicity of his see and in attaining dignities. Furthermore, the prelate also consolidated the Franco-Roman liturgy in his diocese, in addition to leading an ecclesiastical reform that promoted Trans-Pyrenean references, bringing him closer to the papal curia. By obliterating important local fixes and traditions linked to the Jacobean cult, the lord-bishop attracted the resentment of his citizens by transforming the city of Compostela into a place that was hostile and indifferent to them.

KEYWORDS: Fixes and flows; The policy of exalting the Jacobean see; Revoltas em Santiago de Compostela.

* Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI) e da Secretaria da Educação (SEDU). Membro do LETAMIS. Atua nas áreas de história medieval ibérica, com ênfase em rebeliões urbanas, peregrinações e episcopado.

Este artigo está dividido em duas partes. A primeira foi destinada à apresentação e crítica das análises dos historiadores que trataram das rebeliões compostelanas do século XII. Como veremos, eles podem ser divididos em duas correntes historiográficas – político-econômica e sociorreligiosa – em razão da forma como foram lidas as ações dos rebeldes e, sobretudo, seus objetivos. Embora tenhamos predileção pela segunda matriz explicativa, indicamos os avanços e as limitações de ambas na elucidação das sedições. A segunda parte deste texto trata da principal causa dos movimentos insurrecionais – a política de exaltação da sé de Compostela –, apontando para o propósito central que moveu a atuação de suas lideranças: a reforma do sistema espacial compostelano. A escolha por nos apoiarmos principalmente na corrente sociorreligiosa, na construção de nosso estudo, justifica-se pela profundidade com que seus autores examinam as rebeliões, assim como pela compatibilidade teórico-conceitual na apreensão dos acontecimentos que abalaram a ordem senhorial-episcopal, em Santiago de Compostela, nos anos 1117 e 1136.

Diálogos Historiográficos

No decorrer do século XX, com a profunda transformação da prática historiográfica conduzida pela École des Annales (Escola dos Annales), houve o alargamento dos objetos investigados pelos historiadores, a redefinição de fonte histórica e o aperfeiçoamento de técnicas metodológicas destinadas à sua análise (Burke, 1991). Na esteira da História Social e da Nova História Política, em particular, temas outrora negligenciados, preteridos ou relegados foram trazidos ao centro das preocupações e debates.¹ Exemplo disso, no âmbito dos estudos voltados para o Ocidente Medieval Cristão, são os protestos, as revoltas e as rebeliões, movimentos ocorridos entre as décadas finais do século XI e princípios do século XV, que despertaram a atenção dos profissionais dedicados à elaboração de chaves explicativas do passado.

Em território ibérico, especificamente, as sublevações citadinas que irromperam em diversos enclaves da principal rota de peregrinação a Santiago de Compostela, no século XII, constituíram-se, nas últimas décadas, em um fenômeno de destaque da história social hispânica, atraindo o olhar de renomados investigadores – em sua maioria de origem espanhola ou hispanofalantes. Desde o estudo inaugural de Luis Vázquez de Parga, que veio à luz em 1945, até as publicações mais recentes de Ermelindo Portela Silva e María del Carmen Pallares Méndez, a partir de finais dos anos 1980, os movimentos compostelanos foram explicados, desde o ponto de vista das suas causas e objetivos, de maneira semelhante. No entanto, H. Martínez e Christopher James Forney romperam, em alguma medida, com o consenso historiográfico então predominante, lançando luzes para aspectos outrora negligenciados ou sequer considerados.

Nesse sentido, os trabalhos historiográficos com os quais dialogamos podem ser divididos em dois grupos que, coincidentemente, se sucedem no tempo: a) os que apreendem as rebeliões compostelanas a partir de questões político-econômicas, isto é, das aspirações dos cidadãos por autonomia de governo

¹ Na obra *Domínios da História*, destinada a apresentar as principais dimensões da história, variados autores demarcam a ampliação, ao longo do século XX, dos temas abordados pelos historiadores. No campo da História Social e da Nova História Política, tal alargamento ocorreu, dentre outros motivos, em razão da valoração de grupos sociais outrora negligenciados (Cardoso; Vainfas, 1997).

e controle do mercado urbano; e b) os que analisam as insurreições como eventos mais complexos e originados por causas diversas, com predominância dos fatores de natureza social-religiosa. Em outras palavras, segundo essa linha investigativa, as sublevações foram respostas às transformações nos costumes e práticas litúrgicas compostelanas e à exclusão da maior parte dos habitantes de Compostela em sua própria cidade. Por considerarmos ambas as posições valorosas – mesmo com predileção pela última –, apresentamos doravante a forma como cada um dos autores, com os quais tivemos contato ao longo de nossa pesquisa, abordou a temática das rebeliões compostelanas do século XII.¹ Na obra *Domínios da História*, destinada a apresentar as principais dimensões da história, variados autores demarcam a ampliação, ao longo do século XX, dos temas abordados pelos historiadores. No campo da História Social e da Nova História Política, tal alargamento ocorreu, dentre outros motivos, em razão da valoração de grupos sociais outrora negligenciados (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

A leitura dos textos historiográficos foi realizada levando em consideração três questões centrais, as quais estão em consonância com os objetivos deste artigo, a saber: 1) as causas elencadas pelo autor para esclarecer a origem das rebeliões; 2) os sujeitos históricos envolvidos nas sublevações e seus interesses desde a ótica do investigador; e 3) a sua compreensão a respeito das relações políticas estabelecidas entre eles. Obviamente que cada trabalho carrega consigo particularidades relacionadas ao tamanho e formato (artigo e capítulo de livro), além de enfoque e objetivos da pesquisa. Em virtude disso, não nos furtamos de apresentar dados adicionais que contribuem para o entendimento da perspectiva do estudioso. Destacamos, por fim, que os textos foram selecionados – para além da óbvia notoriedade acadêmica – tendo como referência um único critério: ter as rebeliões compostelanas do século XII como objeto central do estudo.

As Rebeliões Compostelanas Desde a Perspectiva Político-Econômica

A primeira análise monográfica conhecida sobre as rebeliões de Compostela do século XII é de Luis Vázquez de Parga (1945), que, ao interpretar os acontecimentos de 1116-1117, destaca o contexto de instabilidade política do reino castelhano-leonês — em especial da Galiza — como catalisador dos levantes. Segundo o autor, a revolta dos burgueses compostelanos foi favorecida pela disputa entre os partidários de Urraca I e os de seu filho, Alfonso Raimúndez, em meio ao colapso da autoridade senhorial na região. Após a reconciliação entre Diego Gelmírez e a rainha, frustrando as expectativas de ganhos políticos dos setores urbanos, uma irmandade composta por burgueses influentes e parte do clero local assumiu o governo da cidade, instaurando um breve experimento comunal que destituiu o bispo de seu poder de fato.

Reyna Pastor de Togneri (1973) aprofundou esse debate ao propor uma abordagem regional, inserindo Compostela no eixo dos conflitos urbanos do século XII em Leão, Castela e Galiza. Ela identifica nos anos de 1110 a 1117 uma conjuntura crítica que combinava crise demográfica, pressão econômica e disputas políticas, o que mobilizou grupos burgueses urbanos contra o domínio senhorial. Para a autora, a

cidade de Compostela, por sua riqueza e complexidade social, abriga uma aliança instável entre burgueses e cônegos, unidos pelo descontentamento em relação a Gelmírez. Destaca, ainda, que os objetivos da burguesia passavam pelo desejo de romper com o sistema de renda senhorial e obter autonomia sobre os mecanismos de produção e circulação mercantil.

Nesse sentido, Compostela era percebida como uma “empresa senhorial” com forte controle sobre as peregrinações e o comércio, o que estimulava os setores urbanos a lutarem por maior participação e domínio sobre o mercado. A irmandade formada pelos revoltosos assumiu temporariamente a jurisdição da cidade, exercendo funções legislativas e judiciais por meio de uma estrutura comunal autônoma, ainda que efêmera. A violência empregada em 1117 é interpretada por Pastor de Togneri, como expressão do rompimento com os valores do sistema feudal, manifestando-se na dessacralização simbólica de figuras como o bispo e a rainha.

Carlos Estepa Díez (1974) endossa a leitura da revolta como expressão antissenhorial, caracterizando Gelmírez como administrador de uma estrutura feudal empresarial. A burguesia, ao lado de clérigos aliados, buscava o controle das rendas urbanas e a nomeação de vilicos — agentes administrativos do senhorio episcopal. Estepa Díez alerta para a limitação da leitura dessas revoltas como simples tentativas de conquista de autonomia jurídica, destacando que o objetivo imediato dos compostelanos era o domínio efetivo dos circuitos comerciais e das estruturas de poder urbano, ainda que isso não implicasse necessariamente um rompimento com a ordem feudal.

José Barreiro Somoza (1987) amplia esse quadro ao analisar também a revolta de 1136. Para ele, as insurreições compostelanas refletem uma crise do sistema feudal diante das demandas não atendidas de participação política por parte da burguesia local, responsável por grande parte do desenvolvimento urbano da cidade. A resistência de Gelmírez em ceder poder, optando por uma gestão centralizada e patrimonialista, aprofundou o antagonismo entre os setores urbanos e o senhor-bispo. Segundo Barreiro Somoza, tanto a elite burguesa quanto setores do cabido desejavam maior acesso às rendas e ao controle institucional da cidade, motivados por interesses econômicos que convergiam na busca por maior autonomia. O autor sugere, ainda, que o segundo levante teve como causas imediatas à carestia de vida provocada por distorções no mercado urbano e as articulações políticas para destituir Gelmírez junto à corte de Alfonso VII.

Por fim, María del Carmen Pallares Méndez e Ermelindo Portela Silva (1988) argumentam que as rebeliões compostelanas devem ser lidas como parte do processo de reconfiguração feudal na Península Ibérica. Para os autores, o conflito não se reduz à relação binária entre o bispo e os habitantes da cidade, mas envolve também a ação decisiva dos monarcas, especialmente Urraca I e Alfonso VII. A irmandade burguesa teria buscado inicialmente o apoio da rainha para legitimar sua autoridade, mas, ao perder esse respaldo, radicalizou sua ação política. Em ambas as revoltas, observam-se movimentos coordenados de clérigos e leigos, articulando uma luta pelo controle da vida urbana — da igreja e do mercado — como eixos estruturantes do poder local.

Ao defenderem o uso da expressão “revoltas feudais” em vez de “revoltas burguesas”, Pallares Méndez e Portela Silva (1988) destacam que os grupos urbanos de Compostela não aspiravam romper com o sistema feudal, mas sim integrar-se à sua estrutura dirigente. Para eles, os conflitos de 1117 e 1136 não sinalizam uma negação do feudalismo, mas sim disputas internas por protagonismo em sua constituição e direção política.

As Rebeliões Compostelanas Desde a Perspectiva Sociorreligiosa

Em 1992, Salvador Martínez propôs uma nova leitura da primeira rebelião compostelana, ao abordá-la não apenas como expressão de uma crise política regional, mas como desdobramento de tensões internas na cúria episcopal. Segundo o autor, após a entronização de Alfonso Raimúndez na Galiza por Pedro Fróilaz e Diego Gelmírez — em oposição à rainha Urraca —, criou-se um ambiente favorável à atuação dos rebeldes, que contaram com a conivência da soberana para expulsar agentes próximos ao senhor-bispo, como Gundesindo (irmão de Gelmírez e *uillicus*) e Pedro (sobrinho de Gelmírez e prior do capítulo). No plano local, destaca-se a insatisfação dos clérigos e burgueses diante do nepotismo e da centralização de poder por Gelmírez, acusado de transformar a sé compostelana em um negócio de família. A oposição interna à sua liderança incluía o descontentamento com as reformas eclesiásticas por ele implementadas, como a adoção da liturgia francesa e a nomeação de estrangeiros em cargos de prestígio, o que abalou profundamente as tradições e o protagonismo dos nativos na vida religiosa e administrativa da cidade.

Para Salvador Martínez (1992), a revolta de 1116–1117 não pode ser entendida como uma mobilização popular ampla, mas como a ação articulada de dois grupos de poder — clérigos descontentes e burgueses ambiciosos — em busca da secularização do senhorio episcopal e do estabelecimento de normas próprias. Embora o controle da cidade tenha sido efetivo por cerca de um ano, o movimento fracassou: os líderes não retornaram à cidade enquanto Gelmírez esteve vivo, e as punições foram severas, refletindo o impacto direto da revolta sobre a rainha e a elite eclesiástica.

A abordagem de Christopher James Forney (2011) insere as rebeliões em uma perspectiva espacial e simbólica, ao argumentar que a política urbana de Gelmírez produziu um sistema de exclusão dos compostelanos nativos, especialmente a partir da transformação arquitetônica e institucional da cidade. A unificação do complexo catedral-palácio, a adoção de práticas litúrgicas voltadas ao acolhimento de peregrinos estrangeiros e a remodelação do altar de São Tiago geraram ressentimentos profundos. Para os locais, a cidade sagrada fora convertida em instrumento do poder episcopal e da lógica do turismo devocional, distanciando-os do centro da vida religiosa e econômica.

Forney (2011) interpreta a rebelião como uma tentativa de reapropriação simbólica do espaço urbano. Os irmanados, ao assumirem o governo, buscaram subverter os espaços que sustentavam a hegemonia episcopal — como o santuário e o palácio — por meio da ocupação e, em alguns casos, da destruição. Esses atos de ruptura revelam o desejo de redefinir o lugar do cidadão compostelano dentro

de sua própria cidade. No entanto, a incapacidade de criar uma nova estrutura simbólica e material fez com que as rebeliões fossem, em última instância, um fracasso. A repetição dos protestos, duas décadas depois, nos mesmos espaços, demonstraria, segundo Forney (2011), que a arquitetura da exclusão seguia operante. Após 1117, Gelmírez reconstruiu fisicamente e simbolicamente os locais afetados, restabelecendo, assim, o domínio espacial e político sobre Compostela — um poder continuamente reforçado por aqueles espaços que a *germanitas* não conseguiu alterar ou subverter.

As Rebeliões Compostelanas: um Estudo de Fôlego

No decorrer das duas seções anteriores, restringimo-nos, principalmente, à exposição das interpretações e análises dos investigadores que já se debruçaram sobre as rebeliões compostelanas do século XII. Aliás, como vimos, os autores podem ser divididos em dois grupos, em função da leitura que fazem dos movimentos desde suas causas e objetivos.

A nossa intenção, como não poderia deixar de sê-la, foi a de apresentar a historiografia do tema a partir do foco de nossa pesquisa. Nas linhas que se seguem, avaliamos os estudos expostos e esclarecemos a nossa inserção no debate historiográfico.

O primeiro grupo de pesquisadores, no total de seis – Vázquez de Parga, Pastor de Togneri, Estepa Díez, Barreiro Somoza, Pallares Méndez e Portela Silva –, tem como marca principal a compreensão das sublevações como conflitos político-econômicos. Em linhas gerais, afirmam que os compostelanos se levantaram contra o modo tirânico de governar de Diego Gelmírez, cujos traços mais visíveis eram o nepotismo e a pressão econômica sobre o mercado urbano na forma de tributos senhoriais. Nesse sentido, o que os rebeldes queriam era o afastamento do senhor-bispo (com a radicalização do movimento passaram a desejar até mesmo sua eliminação física) para que pudessem dirigir Compostela por meio do controle dos cargos da administração citadina, como os de vilico e prior.

A importância desse conjunto de historiadores para o exame das rebeliões compostelanas é inquestionável. Eles foram não só os precursores, os que ofereceram as primeiras chaves de leitura e enquadramentos possíveis dos movimentos, como também os responsáveis pela fabricação de interpretações sofisticadas das relações políticas tecidas entre os agentes implicados nos processos insurrecionais. Entretanto, tais autores ficaram condicionados aos dados oferecidos pela *Historia Compostelana*, o que implicou em construções historiográficas e conclusões semelhantes. A ausência de um aparato teórico-metodológico que lhes permitisse avançar na apreciação das informações disponíveis resultou em repetições discursivas. Ao fazermos estas considerações, não temos como propósito desqualificar esses trabalhos, visto que os entendemos como imprescindíveis na formulação de um estudo denso e crítico acerca das sublevações. Aliás, foram com esses pesquisadores que, em boa medida, dialogamos e sobre os quais também nos apoiamos na elaboração de nossas reflexões e análises.

Sem ignorar esses elementos de natureza político-econômica, Martínez (1992) e James Forney (2011) – ambos formando o segundo grupo de pesquisadores – reposicionaram a discussão ao considerarem determinados aspectos sociais-religiosos como de suma importância no entendimento das rebeliões. Enquanto Martínez (1992) foi o primeiro autor (que temos notícia) a identificar as alterações litúrgico-religiosas conduzidas por Gelmírez como fatores nevrálgicos na explicação de suas causas, a originalidade de James Forney (2011) reside em ponderar que os movimentos insurrecionais têm um de seus fundamentos na exclusão dos compostelanos promovida pela política pró-peregrinação do senhor-bispo.² Dessa forma, os autores avançam, cada um ao seu modo, em direções convergentes e acabam por oferecer uma nova perspectiva ao estudo das rebeliões compostelanas.

É preciso ressaltar que James Forney (2011) foi o que mais se distanciou do prisma político-econômico por entender que a principal característica desses eventos que sacudiram Compostela, na primeira metade do século XII, foi a busca pela destruição do espaço urbano tecido por Gelmírez e seus antecessores.

Diferentemente de todos os outros, inclusive Martínez (1992), que defenderam a busca por autonomia política e/ou independência das atividades econômicas como o horizonte de expectativas dos compostelanos que se rebelaram, o historiador norte-americano advoga que a reforma do espaço citadino se constituía o centro das ações da irmandade. Os seus líderes desejavam a redefinição dos espaços urbanos, em especial daqueles que institucionalizavam o poder senhorial-episcopal que os excluía e desmantelava suas tradições. Em última instância, os irmanados apelaram para a destruição da rede espacial excludente quando se viram incapazes de lhe atribuir novos significados.

Ainda que os avanços sejam notáveis, há limites nos trabalhos dos dois autores que merecem ser destacados. No caso de Martínez (1992), inexiste uma metodologia de análise da documentação, assim como um arcabouço teórico que organize suas afirmações. James Forney (2011), por sua vez, dadas as limitações impostas ao seu artigo, não aprofunda as questões centrais do seu texto e nem desenvolve uma crítica sistemática dos relatos das rebeliões a partir de uma técnica metodológica. Tal lacuna historiográfica – a qual procuramos preencher, em parte, nas páginas que se seguem – é a principal justificativa e razão de ser deste trabalho, pois entendemos que tanto os investigadores do primeiro quanto do segundo grupo não desenvolveram uma suficiente pesquisa que tomasse as duas insurreições compostelanas como objeto de estudo e que desse conta, seja dos aspectos político-econômicos, seja dos sociorreligiosos, na construção de uma análise historiográfica.

Defendemos que as rebeliões compostelanas do século XII foram ocasionadas por fatores diversos, de ordem social, religiosa, política e econômica, e que o contexto histórico em que se situam favoreceu a eclosão de ambas. Entendemos que estará fadado ao reducionismo qualquer estudo que desconsidere: a) a política de exaltação da sé de Compostela – manifestada na construção da catedral românica de Santiago, na divulgação de que as relíquias do apóstolo Tiago jaziam em Galiza, no incentivo às peregrinações ao

² Como advoga Ricardo Córdoba de la Llave (2012), para entender o conceito de exclusão é necessário ter presente o seu contraponto: o conceito de integração. A política pró-Compostela, dirigida pelo poder senhorial-episcopal, ao integrar fluxos variados em decorrência da elaboração de fixos, afastou e rechaçou boa parte de sua população nativa.

seu santuário e na reforma litúrgico-eclesiástica implementada por Diego Gelmírez - e suas consequências indiretas – exclusão de parte da população nativa e solapamento de suas tradições; b) o governo pouco flexível de Gelmírez – na ótica dos cidadãos que buscavam participar da direção da comunidade urbana; e c) o forte controle exercido pelo senhor-bispo sobre o mercado da cidade. De igual modo, não há como prescindir – na busca por uma avaliação profunda das rebeliões – de uma análise do tumultuado e conflituoso início de governo de Urraca I e das carências pecuniárias suas e de seu filho e sucessor, Alfonso VII.

Dessa maneira, enxergamo-nos como devedores das duas perspectivas apresentadas, respectivamente político-econômica e sociorreligiosa, uma vez que o exame dos dados disponíveis nos permitem verificar e atestar a pertinência de ambas. Todavia, estamos convictos do avanço científico que o emprego dos conceitos de “fixos” e “fluxos”, formulados por Milton Santos (1979), podem resultar no exame das rebeliões compostelanas – especialmente no campo analítico aberto por Martínez (1992) e James Forney (2011), da mesma forma que o uso da análise narrativa como técnica metodológica destinada à coleta de dados dos elementos narrativos da HC, para que possamos, doravante, à luz do nosso quadro teórico-conceitual e de nossas hipóteses, responder às questões elaboradas e, a seguir, sintetizadas.

A partir da exposição realizada, as seguintes interrogações se impõem como fio condutor deste artigo: qual a relação entre a política de exaltação da sé de Compostela e as rebeliões compostelanas? De que maneira a construção da catedral românica de Compostela e a política episcopal de incentivo às peregrinações influíram nos movimentos revoltosos? Qual era a origem social e os interesses das lideranças rebeldes? Por que esses agentes quiseram destruir a igreja de Santiago, sendo este um monumento central de culto ao apóstolo e garantidor de recursos econômicos à cidade? Qual foi a responsabilidade dos reis, Urraca e Alfonso VII, na eclosão, respectivamente, da primeira e da segunda sublevação? Os líderes das insurreições foram movidos pelo objetivo supremo de destituir Diego Gelmírez de seu cargo de senhor-bispo, ou a destituição era o meio pelo qual vislumbravam a reforma do espaço urbano de Compostela?

Chamamos de política de exaltação da sé de Compostela um conjunto de fluxos, tomados entre o último quartel do século XI e a primeira metade do século XII, que visaram o engrandecimento da igreja de Santiago e o seu despontar como importante centro da cristandade. Iniciada sob o bispado de Diego Peláez (1071-1088), tal política consistiu na edificação de fixos ligados ao culto jacobeu (com destaque para a catedral românica), na divulgação e legitimação de que os restos mortais de Tiago, apóstolo de Jesus, jaziam em Galiza e na atração de peregrinos ao seu santuário. Essas ações foram interrompidas bruscamente – no final da década de 1080 - em virtude do aprisionamento de Peláez, porém retomadas cerca de vinte anos depois, durante o episcopado de Diego Gelmírez, que se notabilizou por feitos e conquistas de grande relevância para sua diocese. Todavia, as transformações geradas pela política pró-Compostela não redundaram apenas em ganhos, e Diego II viu crescer, entre seus capitulares e cidadãos mais destacados, significativa resistência e insatisfação ao projeto de poder que dirigia.

Fixos e Fluxos: em Busca de uma Definição

Como indicamos, a teoria dos “fixos” e “fluxos” desenvolvida por Milton Santos (1979) foi utilizada com o propósito de embasar e sistematizar nossa explicação acerca dos motivos e objetivos que geraram as rebeliões compostelanas. A hipótese levantada é a de que a construção do Caminho de Santiago (fixo condutor)³ e da catedral românica de Compostela (fixo continente),⁴ ao integrarem fluxos materiais e imateriais, produziram transformações múltiplas (sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas) que, em última instância, causaram os movimentos insurrecionais, dado que uma parte significativa dos compostelanos se colocou contrária às ações dirigidas e implementadas pelo senhor-bispo Diego Gelmírez – principal fomentador e articulador da política de exaltação da sé de Compostela.

Antes de prosseguirmos, é necessário conceituar “fixos” e “fluxos”. De acordo com Santos (2006), os fixos são objetos geográficos; suportes estáveis e materiais que se perpetuam no espaço. Imóveis e sempre⁴ Os fixos continentais são assim nomeados pelas suas proporções e complexidade que reproduzem, em nível micro, as hierarquias sociais (BARROS, 2017). Localizáveis, os fixos apresentam formas e funções definidas, visto que são criações humanas e produtos de intencionalidades. Os exemplos são vários: casas, igrejas, escolas, hospitais, estádios, casas de negócios, cemitérios, infraestrutura urbana etc. (Barros, 2017). Ao revisitá-lo par conceptual de Santos, José D’Assunção Barros (2020) esclarece que, em função da passagem do tempo, um fixo pode (caso deixe de cumprir as funções que lhe davam sentido) ou não se converter em ruínas, a depender da capacidade dos seres humanos de lhe conferir nova funcionalidade.

Os fluxos, por sua vez, são os “[...] movimentos entre os fixos”; são transferências no espaço (Santos, 2006, p. 38). Santos divide a categoria dos fluxos em duas subcategorias: a dos objetos materiais e a dos imateriais. Enquanto os primeiros são constituídos por produtos, mercadorias e mensagens materializadas; os segundos são formados por ideias, ordens e mensagens não-materializadas.⁵ É preciso salientar que as relações estabelecidas entre fixos e fluxos não são pautadas, exclusivamente, pela ideia de oposição e complementaridade. Conforme assevera Barros (2017, p. 72), “[...] a rigor, estabelecem-se aqui relações dialéticas: uma série está sempre modificando a outra”. Da mesma forma que os fixos se adaptam para atender à necessidade dos fluxos, as transformações realizadas “[...] nos fixos permitem novos fluxos, modificam as suas possibilidades de circulação, os seus ritmos e velocidades” (Barros, 2020, p. 498).

A construção da catedral românica de Santiago de Compostela, iniciada no último quartel do século XI, constitui-se em um bom exemplo dessa adaptação. A nova igreja foi feita, entre outros motivos, para atender ao ritmo crescente de peregrinos que até ela se deslocavam. Tratava-se de ampliar a funcionalidade do templo como centro de peregrinação, a fim de permitir novos fluxos (Forney, 2011). Mas esses fluxos não eram formados apenas por fiéis desejosos de encontrar as relíquias do apóstolo Tiago, também existiam fluxos de gente atraídos pelas obras realizadas na cidade, de modo especial as do

³ Os fixos condutores não são mais que estruturas auxiliares (e fixas) para os fluxos. Eles possibilitam o trânsito (fluxo de homens e veículos), a comunicação (fluxo de mensagens, ideias) e a circulação de matéria-prima (fluxo de produtos) (Barros, 2017).

⁴ Os fixos continentais são assim nomeados pelas suas proporções e complexidade que reproduzem, em nível micro, as hierarquias sociais (Barros, 2017).

⁵ Podemos pensar nas ações humanas como fluxos ou como formadoras de fluxos, além de instituidoras de fixos (Barros, 2017).

complexo catedral-palácio, que foram retomadas ou mesmo iniciadas logo após a consagração episcopal de Gelmírez (Abou-El-Haj, 1997). Como argumenta Barros,

[...] a construção de um novo fixo (uma catedral, um prédio de muitos andares, um hospital ou uma autoestrada) implica necessariamente a integração de muitos fluxos - alguns locais, outros provenientes de grandes distâncias. Materiais diversos são necessários, fluxos de energia e de mão-de-obra são ativados, trocas de serviços se estabelecem, capitais circulam, compra e venda de bens diversos fluem de um para o outro lado, assim como decisões devem ser tomadas encadeadamente, envolvendo atores os mais diversos. Ações se concretizam para que seja possível fundar um novo objeto, ou, mais ainda, um novo sistema de objetos. Mais tarde, novos fluxos serão requeridos para que o fixo se mantenha em adequado funcionamento (Barros, 2020, p. 498).

À semelhança dos fixos, os fluxos são iniciados, intensificados, reduzidos ou bloqueados por meio de ações humanas. A ordem para a construção da catedral de Santiago foi um fluxo imaterial que produziu resultado fixo, concreto, palpável – neste caso, a igreja românica finalizada na segunda metade do século XII. Em empreitadas hercúleas, como a construção de catedrais, requeriam-se fluxos variados (mão de obra,⁵ Podemos pensar nas ações humanas como fluxos ou como formadoras de fluxos, além de instituidoras de fixos (BARROS, 2017). pecúlio, ferramentas, materiais etc.) e de diferentes distâncias (curtas, médias e longas). Insistimos, pois, que se trata de uma ideia basilar: a construção de um novo fixo provoca, necessariamente, a integração de muitos fluxos. E assim como um fixo tem seu valor e significado modificados a partir dos fluxos que lhe atravessam ou se instalaram, esses também sofrem transformações quando entram em contato com um fixo (Santos, 1979).

Os fluxos materiais e imateriais estimulados pelas obras empreendidas em Compostela foram potencializados a partir de 1101, ano da ascensão de Diego Gelmírez como senhor-bispo de Santiago, em razão da continuidade da política de exaltação da sé compostelana.⁶ Adeline Rucquoi (2011) esclarece que foi Diego Peláez o responsável por iniciar essa política a qual consistia: a) na construção da basílica românica; b) na legitimação de que os restos mortais do apóstolo Tiago jaziam em Compostela – algo ainda questionado em princípios do século XII; e c) no incentivo às peregrinações ao santuário jacobeu. Sob o episcopado de Gelmírez, um quarto ponto deve ser acrescido: d) na reforma litúrgico-eclesiástica que capitaneou em sua igreja. Todas essas medidas devem ser interpretadas à luz do objetivo maior que era o de engrandecer a sé de Compostela de modo a projetá-la como um dos principais centros da cristandade ao lado de Roma e Jerusalém (Rucquoi, 2011).

Compostela e Roma: a Reforma Litúrgico-Eclesiástica da Igreja de Santiago

De forma mais imediata, a política pró-Compostela visava à independência da igreja de Santiago em relação à de Toledo (que havia assumido a primazia das igrejas hispânicas após sua restauração em

⁶ Entre o fim do bispado de Diego Peláez e o início do bispado de Diego Gelmírez se passaram cerca de treze anos nos quais a sé de Compostela conviveu com períodos de administrações laicas e clericais, além de dois curtos pontificados.

1085), bem como à de Braga (elevada à condição de metropolitana em 1099). A esse respeito, duas ações de Diego II, ainda no início de seu bispado, devem ser destacadas: a busca pela “confirmação da isenção” que tornou a sé compostelana sufragânea direta da igreja de Roma⁷ e o roubo das relíquias de Braga.⁸ Tais episódios, especialmente o último, são significativos não só do ponto de vista do seu anseio por afirmar autonomia e demonstrar força diante dos arcebispos rivais, mas também eram indícios da sua predisposição em agir de diversas formas e meios com a intenção de glorificar a sua sé – e logo o titular da cátedra de Tiago –, sobretudo, através da obtenção de dignidades eclesiásticas, senhorios, cargos, privilégios etc.

A primeira distinção eclesiástica recebida por Diego Gelmírez foi o *pallium* (signo de autoridade concedido pelo papa e usado por arcebispos em grandes solenidades litúrgicas), o qual endossava sua independência diante dos arcebispos de Braga e Toledo. Se levarmos em conta que a isenção metropolitana foi alcançada em tempos do senhor-bispo Dalmacio (1094-1095), o *pallium* foi a primeira conquista efetiva de Gelmírez junto a Santa Sé, ao longo da qual dom Diego procurou desfazer o ambiente de desconfiança e⁷ Diego Gelmírez solicitou ao papa Pascoal II a confirmação da isenção metropolitana obtida pelo seu antecessor, Dalmacio, em 1095, por meio da qual o bispado compostelano se tornou isento da metrópole de Braga.⁸ Manuel Luis Real (1990) sustenta que, desde o final do século XI, havia um projeto de transformar a catedral de Braga em um distinto santuário no qual se concentrariam relíquias das mais importantes figuras do santoral hispânico. O roubo planejado e executado por Gelmírez e seu séquito, nesse sentido, também foi uma forma de anular tal pretensão bracarense de rivalizar com Compostela na atração de peregrinos. reprevação que havia na cúria pontifícia em relação à igreja compostelana. O motivo de tamanha insatisfação era um episódio pretérito no qual um cardeal romano (não identificado pelo cronista da HC) não recebeu, em visita a Compostela, o tratamento condizente à sua posição. Ao contrário, o senhor-bispo de Santiago (igualmente não identificado) tratou os mensageiros do cardeal, que comunicavam a sua chegada, com arrogância e desdém (HC I, 16).⁹

Para a resolução do imbróglio, além de generosas doações, Gelmírez contou com os conselhos e a intermediação de Hugo, abade de Cluny (1049-1109) e tio do conde de Galiza, dom Raimundo. Em 1105, ao receber o *pallium* das mãos de Pascoal II, o prelado fez juramento de obediência à igreja romana, acenando para um novo rumo nas relações entre Compostela e Roma (HC I, 17). Com isso, entendemos que não há como compreender a política de exaltação da sé compostelana, sem analisar a sua preocupação em construir vínculos estreitos com o papado. O senhor-bispo era sabedor de que havia uma relação direta entre o seu horizonte de expectativas, quanto ao engrandecimento de sua diocese, e a adesão aos

⁷ Diego Gelmírez solicitou ao papa Pascoal II a confirmação da isenção metropolitana obtida pelo seu antecessor, Dalmacio, em 1095, por meio da qual o bispado compostelano se tornou isento da metrópole de Braga.

⁸ Manuel Luis Real (1990) sustenta que, desde o final do século XI, havia um projeto de transformar a catedral de Braga em um distinto santuário no qual se concentrariam relíquias das mais importantes figuras do santoral hispânico. O roubo planejado e executado por Gelmírez e seu séquito, nesse sentido, também foi uma forma de anular tal pretensão bracarense de rivalizar com Compostela na atração de peregrinos.

⁹ É digno igualmente de lembrança o caso envolvendo o senhor-bispo de Compostela, Crescônio (1037-1066), que, em 1049, por se arrogar o título de apostólico, foi excomungado pelo papa Leão IX (1049-1054) no concílio de Reims.

princípios reformadores romanos de sua época.¹⁰ Para atingir seu objetivo de tornar o bispado de Santiago o mais fulgurante e poderoso da Península Ibérica era necessário se aliar a Roma (Silva, 2000).

Em virtude disso, uma das primeiras medidas do episcopado de Gelmírez foi introduzir em sua igreja uma reforma litúrgico-eclesiástica a partir de referenciais franco-romanos. No centro dessa reforma estavam a consolidação do rito romano e a reorganização do cabido catedralício. A discussão envolvendo a latinização litúrgica (ou adesão a livros, práticas e costumes de culto romanos) dos territórios pertencentes ao reino de Leão era algo existente desde a década de 1070. Em termos oficiais, foi no concílio de Burgos, celebrado em 1080, que o rito romano foi aceito em todo o reino de Alfonso VI. No entanto, sabemos que mudanças como essa não se produziam de maneira imediata, porém de modo lento, gradual e permeado de resistências. Aliás, graças a relatos do século XIII, sabemos que tanto o alto clero quanto o elemento popular hispânico resistiram à alteração litúrgica (Mitre Fernández, 2007).

Mesmo que o duelo judicial e o juízo de Deus – descritos, entre outras fontes textuais, na *Primera Crónica General de España* – sejam invenções, não há por que desacreditar da animosidade gerada pela mudança litúrgica (Montenegro, 2011). A consagração da narrativa envolvendo os ordálios deve ser entendida como símbolo da resistência peninsular frente à imposição de uma liturgia estrangeira. Em outros termos, por trás do material literário, podemos perceber aspectos históricos da situação gerada a partir do mandato do rei Alfonso VI (Rubio Sadia, 2006). Importantes bispados e monastérios se tornaram centros de resistência que laboravam pela liturgia hispana, tendo em vista que a entendiam como importante traço¹⁰ As ações reformistas, entre as últimas décadas do século XI e ao longo de todo o século XII, centraram-se na organização interna da Igreja, tendo como elemento centralizador a Sede Apostólica, e a moralização do clero (SILVA, 2000). identitário da tradição eclesiástica ibérica que estava, na transição do século XI para o XII, sendo suplantada em virtude da “romanização” (Martínez, 1992).¹¹

Os períodos de vacância vividos pela diocese de Santiago desde o encarceramento de Diego Peláez, em 1088, contribuíram para o retardamento da implantação das novidades rituais. Na verdade, o próprio Peláez via na tradição hispânica um valor irrenunciável e de modo algum incompatível com a renovação eclesiástica que entendia como necessária. Ele, assim como outros prelados do reino leonês, era favorável a aspectos disciplinares que formavam o programa reformador papal, mas opunha-se especificamente à introdução do rito romano. O compostelano estava seguramente entre os “[...] bispos fiéis à ordem toledana [...]” e contrários à “[...] reforma cluniacense-gregoriana preconizada pelo novo prelado toledano” (Ayala Martínez, 2008, p. 312-329).¹² Aliás, uma das hipóteses levantadas para a prisão de Peláez – por ordem do rei Alfonso VI – foi ter liderado uma rebelião aristocrática de claro “viés antiestrangeirizante”, entre 1087 e 1088, contra o fluxo de nobres de origem franca ao reino de Leão (Ayala Martínez, 2008).

¹⁰ As ações reformistas, entre as últimas décadas do século XI e ao longo de todo o século XII, centraram-se na organização interna da Igreja, tendo como elemento centralizador a Sede Apostólica, e a moralização do clero (Silva, 2000).

¹¹ Por romanização, neste artigo, entendemos o processo – ocorrido entre a segunda metade do século XI e a primeira do século XII – no qual as igrejas ibéricas incorporaram, principalmente, o rito romano, aspectos da disciplina eclesiástica romana e conceitos arquitetônicos e artísticos originados em além-Pirineus.

¹² O novo prelado toledano era Bernardo de Sédirac, antigo monge cluniacense, eleito bispo de Toledo em 1088.

Não é infrutífero recordar que, para os reformadores romanos, “[...] a literatura de culto espanhola havia sido suporte do adopcionismo e era susceptível de ser de outros erros. Desde a ótica mais pejorativa, tratava-se de uma *supersticio toletana* a ser erradicada pelos legados pontifícios [...]” (Mitre Fernández, 2007, p. 69). A longeva presença do Islamismo na Península – não por outro motivo a liturgia hispana também era chamada de moçárabe (além de visigoda, toledana e isidoriana) - tornava o assunto, na visão da cúria pontifícia, como de máxima gravidade. O Cristianismo peninsular, em caso de não latinizado, era uma ameaça real à unidade da *societas christiana*; um desvio doutrinário que colocava em risco a soberania da igreja de Pedro sobre a Igreja Ibérica.¹³

Como salienta Carlos de Ayala Martínez (2008, p. 307), “[...] a liturgia era muito mais que a forma de um rito, era expressão de unidade e de reconhecimento da liderança de Roma e de seu bispo sobre o conjunto da cristandade [...]”. Quando os papas de plantão, Urbano II e Pascoal II, criticaram a sé compostelana, caracterizando-a como abandonada, descuidada, como uma vinha que carecia de pastor, isso se devia ao seu distanciamento da obediência papal e dos costumes romanos (HC I, 5; 9). Os sucessores de São Pedro condenavam a sé compostelana quanto ao seu passado de insubordinação, à eleição de prelados sem o aval da Santa Sé (como foi o caso do abade Pedro de Cardenha, eleito bispo de Santiago em 1088), e quanto ao matrimônio de eclesiásticos e à coabitacão de monges e monjas em sintonia com os ditames reformistas que marcaram a segunda metade do século XI e o século XII (HC I, 13).¹⁴

Todavia, os tempos mudaram – ao menos, essa é a mensagem insistentemente transmitida pela HC. Com a consagração de Diego II, a sé compostelana assumiu uma posição de respeito, humildade e fidelidade a¹¹ Por romanização, neste artigo, entendemos o processo – ocorrido entre a segunda metade do século XI e a primeira do século XII – no qual as igrejas ibéricas incorporaram, principalmente, o rito romano, aspectos da disciplina eclesiástica romana e conceitos arquitetônicos e artísticos originados em além-Pirineus.¹² O novo prelado toledano era Bernardo de Sédirac, antigo monge cluniacense, eleito bispo de Toledo em 1088.¹³ O cisma do Oriente, ocorrido em 1054, não deve ser ignorado na avaliação da magnitude que era – para a igreja romana – a questão da unidade litúrgico-doutrinária.¹⁴ Os monastérios dúplices eram parte de uma larga tradição peninsular, principalmente, em suas zonas mais ocidentais (AYALA MARTINEZ, 2008). Roma. Os autores da obra – sempre que podem – destacam as ações de seu patrocinador como alinhadas aos preceitos do I Concílio de Latrão (Silva, 2000). Para eles, a história da Igreja Ibérica estava dividida em dois momentos: o da ignorância e o da obediência, sendo esse último coincidente com o período de aceitação do rito romano e da renúncia à lei toledana (HC II, 1).¹⁵ Embora a pacificação das relações entre as dioceses romana e compostelana tenha se iniciado em tempos de Dalmacio – prova disso foi o privilégio que tornou a igreja de Santiago sufragânea da de Roma –, foi com

¹³ O cisma do Oriente, ocorrido em 1054, não deve ser ignorado na avaliação da magnitude que era – para a igreja romana – a questão da unidade litúrgico-doutrinária.

¹⁴ Os monastérios dúplices eram parte de uma larga tradição peninsular, principalmente, em suas zonas mais ocidentais (Ayala Martinez, 2008).

¹⁵ Rito romano ou liturgia romana são expressões que designam um conjunto de ritos, práticas e costumes vinculados à igreja de Roma e por ela divulgados. Neste artigo, essas expressões foram empregadas como sinônimas.

dom Diego que essas relações guinaram, alcançando um novo estágio. E não se tratava apenas de fluidez na comunicação, mas de possibilidades de ascensão na hierarquia eclesiástica.

Tendo como meta a glorificação de sua igreja mediante a reforma que conduzia, Diego Gelmírez também promoveu a reorganização do cabido catedralício de Santiago inspirado nos costumes e práticas de igrejas franco-romanas. Na visão da HC, os clérigos compostelanos – quando Gelmírez foi elevado ao episcopado - eram “completamente ignorantes no ofício eclesiástico”, “viviam como animais brutos” e “praticamente não estavam submetidos a disciplina eclesiástica alguma” (HC I, 20; HC II, 3; HC III, 36). Para ressaltar o caráter reformador do prelado, os cronistas apresentam uma situação caótica que vai desde a carência de alimentos que sujeitava parte dos cônegos, passando pelas vestimentas inadequadas que usavam e a absoluta falta de decoro, até o desconhecimento da doutrina eclesiástica romana (HC II, 3).

Para além da óbvia crítica e desconsideração dos autores da HC aos costumes e ritos peninsulares, há outros elementos que devem ser ponderados. É provável que a situação da comunidade capitular não fosse das melhores, seja pela insuficiência e desajuste na distribuição dos recursos econômicos entre os cônegos (gerando entre eles desentendimentos e conflitos), seja pela precariedade da formação intelectual que recebiam, haja vista a volatilidade das escolas catedralícias no período. Nesse sentido, o que dom Diego fez foi um rearranjo econômico garantindo ingressos comuns e ordinários, além de contratar um professor de retórica a fim de educá-los no estudo das humanidades e versá-los na liturgia da igreja (Fletcher, 1993).

No conjunto de ações tomadas para enaltecer a instituição capitular estavam, igualmente, a ampliação do número de cônegos (de vinte e quatro para setenta e dois), a eleição de sete cardeais-presbíteros (por concessão do papa Pascoal II e em conformidade com o costume romano) que teriam a prerrogativa de celebrar no altar de Santiago mitrados e a reedição da canônica – na qual se sobressaíam a capela e o refeitório (HC I, 20; HC I, 45). Mais tarde, no final da década de 1120, teve início a edificação do claustro (HC III, 1). A justificativa para construí-lo é posta na boca de Diego Gelmírez: “[...] qualquer sede de mais além dos Pirineus têm edifícios mais bonitos e de mais valor que os nossos, como vi com meus próprios olhos antes de ser bispo e depois quando para proveito de nossa igreja viajei ao estrangeiro por muitos e diversos lugares” (HC, 1994, p. 494).¹⁶ Diego Gelmírez também fez uma reforma no monastério de San Pelayo de Antealtares em sintonia com os ditames romanos de seu tempo – provavelmente na sua última década de episcopado. O então abade de nome Pedro foi deposto pelo arcebispo porque – segundo o cronista – “[...] foi avaro com os bons, generoso com as meretrizes, tão glutão e luxurioso que teve filhos e filhas enquanto foi monge e detinha a dignidade abacial” (HC, 1994, p. 523).

A intervenção atribuída a Diego II é significativa não só por evidenciar qual era a referência seguida, inclusive em matéria arquitetônica, no caso as igrejas ultrapirenáicas (leia-se: franco-romanas), mas por deixar patente – na continuação de sua fala – que o propósito, ao investir na construção de edifícios,

¹⁶ Diego Gelmírez também fez uma reforma no monastério de San Pelayo de Antealtares em sintonia com os ditames romanos de seu tempo – provavelmente na sua última década de episcopado. O então abade de nome Pedro foi deposto pelo arcebispo porque – segundo o cronista – “[...] foi avaro com os bons, generoso com as meretrizes, tão glutão e luxurioso que teve filhos e filhas enquanto foi monge e detinha a dignidade abacial” (HC, 1994, p. 523). Gelmírez participou ativamente da eleição do novo abade e, por fim, fez sua consagração na catedral de Santiago (HC III, 20).

era exaltar a sua sé (HC III, 1). Outrossim, não podemos deixar de mencionar que o autor dessa parte da HC, o cônego Pedro Marcio, faz menção aos peregrinos (clérigos ou laicos) que chegavam de distintos lugares como os responsáveis indiretos pelo início das obras: os vitupérios que faziam, ao prelado e aos capitulares, por não encontrarem um claustro em uma igreja tão santa, rica e famosa se tornou motivo de vergonha e estímulo à ação. Ao se reunir com seus capitulares, Gelmírez concedeu cem marcas de prata para que os trabalhos começassem – além de cem vacas a serem entregues após a sua morte (HC III, 1).

A decisão de construir o claustro de Santiago e de assegurar seu financiamento, assim como a fabricação da catedral românica e a consolidação da liturgia romana, foram empreendimentos conduzidos por Diego Gelmírez visando, por um lado, atender às queixas dos peregrinos acostumados às instalações das igrejas de além-Pirineus e, por outro, estimular maiores audiências de fiéis até o sepulcro de São Tiago. Obviamente que tudo isso estava completamente vinculado à política de glorificação da sé de Compostela, alimentada por uma conjugação de fixos e fluxos. Contudo, não podemos perder de vista que esse conjunto de ações, cuja finalidade era a dignificação e moralização da igreja e do cabido compostelano, redundou em um ambiente de resistência e hostilidade, principalmente da parte daqueles que eram contrários às transformações em curso.

O Complexo Catedral-Palácio: Peregrinação e Poder

Desde o início de seu episcopado, os empreendimentos de Diego Gelmírez visando à exaltação da sé de Compostela formaram um movimento duplo de reforma que tinha na edificação e melhoria de fixos (que pertenciam ao seu senhorio) a sua outra face – a primeira delas foi a reforma litúrgico-eclesiástica tratada no tópico anterior. Dentre as obras realizadas ao longo de seus anos de governo, destacam-se as do complexo catedral-palácio. Ao dar continuidade ao projeto idealizado por Diego Peláez e Alfonso VI, Gelmírez transformou a igreja de Santiago em um centro de peregrinações que nada devia aos de além-Pirineus. Ademais, construiu seu palácio anexo à catedral para que ficasse materializado e evidente ao olhar de todos que o exercício de seu poder estava fundamentado na autoridade apostólica de Tiago. Todavia, ao dirigir mudanças profundas no sistema espacial de Compostela que beneficiava principalmente aos viajantes religiosos, o prelado obliterava as mais importantes tradições e estruturas físicas jacobeias. As contestações não tardaram em ocorrer e o primeiro núcleo a se levantar contra as ações de Gelmírez foi a instituição capitular.

Logo após o citado roubo de relíquias bracarenses e o recebimento do *pallium*, Diego II ordenou a reedificação do altar maior da catedral de Santiago sob a justificativa de ampliá-lo para aumentar a honra de sua igreja (HC I, 18).¹⁷ A pequenez do altar de então já não era compatível com a grandeza do apóstolo e com as aspirações de colocar Compostela entre as mais imponentes igrejas de sua época, incluindo não só os grandes santuários de peregrinação, como Saint-Sernin de Toulouse, mas também Speyer, Cluny,

¹⁷ As fases de reedificação do altar maior da basílica de Santiago são mencionadas pela HC: a) demolição do habitáculo; b) ampliação do altar; c) modificação interior de rasantes ao redor do altar; d) construção do frontal; e) construção do baldaquino; e f) edificação de uma capela para os fiéis orarem secretamente (HC I, 18).

Monte Cassino e, sobretudo, São Pedro em Roma (Abou-El-Haj, 1997). Como salientamos, tal como na questão litúrgico-disciplinar, o modelo seguido nas construções eram igrejas ultrapirenáicas. A catedral, que desde o século IX foi elaborada com base na arquitetura local, era agora dominada por gostos e estilos estrangeiros.

Ao anunciar ao corpo capitular que destruiria o antigo habitáculo apostólico construído pelos discípulos do próprio Tiago, a oposição foi forte e imediata – como relata o cronista (HC I, 18). Os cônegos se viam e eram vistos, pela população citadina, como os guardiões das tradições eclesiásticas locais, os responsáveis pela preservação e execução dos ritos e cultos destinados a louvar e bendizer a Deus e ao santo patrono. Na Compostela do século XII, não havia dúvidas quanto à autoria do altar e do mausoléu que guardava “[...] sem nenhuma dúvida [...] os sagrados restos do santo apóstolo” (HC, 1994, p. 107). Adiante, analisaremos os motivos que levaram os autores da HC a afirmarem recorrentemente que as relíquias de São Tiago jaziam em Galiza. Ao levar a cabo a destruição de tamanha materialidade sagrada que garantia contato com o *maravilhoso* e acesso às bêncas divinas intermediadas pelo apóstolo, Gelmírez criou um ponto de tensão incontornável e indelével entre ele e parte de seus capitulares.

Mais do que isso: ao romper com tradições e crenças contemporâneas, o prelado quebrava o elo que o unia à comunidade urbana; ao destruir o fixo que interligava os homens de seu tempo ao tempo do (e ao) próprio São Tiago, a narrativa primordial se desmantelava.¹⁸ Para parte dos compostelanos, clérigos e laicos, o santuário já não era mais em honra ao apóstolo Tiago, mas para a glória de Diego Gelmírez – que teve seu nome inscrito no novo altar (Forney, 2011). A cidade, aos poucos, deixava de ser um lugar promotor de identidade e estabilidade aos seus habitantes para se tornar um local indiferente e hostil, voltado, prioritariamente, ao acolhimento de populações transitórias (peregrinos, mercadores e artesãos) e de costumes estrangeiros. Ao se constituir como um espaço de peregrinação da cristandade, Compostela era subtraída de sua população nativa e as tradições indígenas eram substituídas por novas formas de culto.

A proposta de redesenhar o altar para que ele estivesse “[...] aberto aos olhos humanos por todas as partes [...]” evidencia, justamente, essa preocupação em melhor receber os peregrinos e atraí-los em números cada vez maiores à Compostela (HC, 1994, p. 108). Como aponta Fandiño Fuentes (2017, p. 135), ao roubar relíquias de importantes santos defensores e patronos de Portugal, Gelmírez – além de canalizar para sua igreja o fluxo de peregrinos procedentes do norte de Portugal de modo a prejudicar o santuário rival e enriquecer o próprio - objetivava “[...] dispor de novas relíquias, tão necessárias como imprescindíveis para a dedicação e consagração de altares [...]. Um dos altares consagrados – com a

¹⁸ Podemos entender a narrativa – circulante na Compostela do início do século XII - quanto à construção do sepulcro do apóstolo Tiago pelos seus discípulos como uma narrativa primordial, visto que objetivava explicar/recriar um evento de modo a dotá-lo com um passado excepcional e de grandeza incomensurável (Rust, 2018). Neste caso, recorria-se ao tempo imediatamente posterior à morte do apóstolo para afirmar o vínculo existente entre seus discípulos e o habitáculo construído para guardar suas relíquias, o qual, por sua vez, permitia aos compostelanos se conectar com o sagrado, alcançando as graças e bêncas divinas.

reedificação do altar maior de Santiago - foi o de São Frutuoso, cujas relíquias eram as mais importantes, dentre aquelas roubadas, pois se tratava do defensor e patrono de Braga (HC I, 19).

A atividade construtora de Gelmírez pode ser verificada em várias outras obras que financiou ao longo dos anos que esteve à frente da diocese de Santiago.¹⁹ Uma das mais significativas, junto às da catedral, foi a edificação do palácio episcopal iniciado logo após sua eleição. Por sinal, esse estava unido àquela “[...] de modo que os dois edifícios davam a impressão de uma estrutura monolítica” (Forney, 2011, p. 72). O complexo catedral-palácio se constituiu no mais destacado objeto geográfico de Compostela na primeira metade do século XII. Não só por suas dimensões e imponência, mas por se tratar do espaço no qual o senhor-bispo tomava decisões de relevância para a comunidade urbana que governava. O fluxo de ordens gerado desde aí estimulava e integrava novos fluxos, além de produzir novos fixos que transformaram a vida na Galiza.

Catedral e palácio eram vistos por boa parte dos compostelanos como uma estrutura única, símbolo do poder episcopal que promovia e moldava a cidade em função do ritual da peregrinação, excluindo-os. Assim os nomeia James Forney (2011): “espaços de exclusão”. O complexo formava o mais destacado fixo de um tecido urbano que se constituiu, ao longo do tempo, para acolher populações transitórias, em prejuízo de seus nativos. Não por outra razão que os ataques dos rebeldes, em 1117 e 1136, foram dirigidos a esses espaços-símbolo do poder senhorial-episcopal. Ao não conseguirem manter seu domínio sobre a cidade e, logo, sobre esses fixos definidores de Compostela, o projeto de reformar o espaço urbano foi cessado e a tática passou a ser a destruição da rede espacial excludente. Os citadinos aspiravam, acima de tudo, acabar com o ponto central da exclusão, isto é, com o complexo catedral-palácio, dado que era a causa (catedral) e o incentivador (palácio) das peregrinações.

Embora não tenham destruído por completo os fixos, os estragos foram importantes. Tanto é que, nos primeiros anos da década de 1120, após receber o ansiado título de metropolitano e de legado da igreja romana, Diego II determinou a edificação de um novo palácio episcopal (localizado em seu lugar atual, isto é, na zona norte da catedral). Ao prelado – assim justifica Giraldo a execução da obra – não lhe parecia adequado o que vivia em Compostela, posto que ali se encontravam reis e outros poderosos. A Gelmírez convinha ter um palácio “[...] próprio de um rei [...]” e que correspondesse às prerrogativas recentemente recebidas (HC, 1994, p. 345). Junto à sua política de engrandecer a igreja de Santiago, estava o medo despertado pelos eventos recentes.

¹⁹ Outra empresa de destaque, realizada em sua primeira década de episcopado, foi a reconstrução do castelo de Torres de Oeste, o qual era extremamente importante para a defesa de Galiza devido à sua localização na foz do rio Ulla. Naquele contexto, ataques almorávidas recobravam esforços na direção da tomada de medidas preventivas visando à proteção e segurança do litoral galego, inclusive para permitir o fluxo contínuo de peregrinos, comerciantes e de seus produtos (HC I, 33). Nesse mesmo sentido, o prelado ordenou a construção de duas galeras, na sua segunda década de governo, destinadas a proteger o litoral galego de ataques sarracenos (HC I, 103); posteriormente, demandou a fabricação de mais uma por conta da destruição das duas anteriores (HC II, 75). Por fim, outra obra de importância, datada de 1120, foi a construção do aqueduto e de um canal subterrâneo que conduzia água ao claustro de San Martín e ao pórtico da catedral, sanando o problema de falta de água que acometia os peregrinos e citadinos (HC II, 54).

Para dom Diego Gelmírez, a comunidade urbana que governava era uma fonte de constante receio e temor. Nesse contexto, a restauração do complexo catedral-palácio após a revolta de 1117 teve importante papel simbólico na reconstrução de sua autoridade. Embora parte da fachada sul da catedral – a de Platerías – tenha permanecido em pé, ainda que possivelmente afetada pelo incêndio, outras estruturas, como a fachada norte (do Paradisus), também continuaram intactas, embora não tenham chegado até os dias atuais. A iconografia da fachada de Platerías, objeto de diversas leituras historiográficas, tem sido associada por Forney (2011) a uma possível mensagem de censura moral, marcada por representações de pecados como ganância, adultério e traição. No entanto, essa interpretação deve ser matizada: é mais adequado situar tais representações dentro de uma tradição iconográfica amplamente difundida no contexto das grandes catedrais medievais, nas quais fachadas exerciam também funções de orientação moral e judiciais, muitas vezes com apoio ou reconhecimento da própria comunidade (Castiñeiras González, 1998).

O fato da segunda rebelião ter ocorrido cerca de vinte anos depois, em 1136, com um roteiro muito semelhante e tendo os mesmos espaços atacados pelos rebeldes, em especial o complexo catedral-palácio, revela que esse fixo continuou gerando fluxos imateriais e instituindo novos fixos que beneficiavam sobremaneira o público de peregrinos. Afinal, as peregrinações eram o aspecto central da Compostela de Gelmírez e o meio pelo qual sua igreja se sobressaía e se projetava perante as demais, fosse em nível regional ou inter-regional. Esses fluxos indicam, de igual maneira, o insucesso dos líderes da primeira rebelião na tentativa de reformar o espaço urbano, uma vez que a reestruturação da catedral e do palácio não só mantiveram, como fortaleceram, as peregrinações e o poder episcopal.

As transformações dirigidas por Diego Gelmírez na rede espacial de Compostela, tanto as infraestruturais quanto aquelas voltadas para refletir formas franco-romanas de culto e de organização eclesiástica, miravam (e quanto a isso não há dúvidas) o engrandecimento de sua sé. Entretanto, isso não impediu que os efeitos dessa política se mostrassem nocivos para a maior parte dos compostelanos que eram preteridos em relação aos forasteiros, pelo governante da cidade. Ao integrar fluxos de diversos tipos e de diferentes distâncias, Gelmírez assolava elementos fundamentais da tradição jacobeia e afastava a comunidade local dos espaços urbanos centrais e do governo episcopal.

O Culto a São Tiago, as Peregrinações e a Defesa da Apostolicidade da Sé de Compostela

As peregrinações ao santuário jacobeu receberam, entre os séculos XI e XII, especial incentivo através de fluxos materiais (legislações régias e episcopais) que beneficiavam o público de peregrinos e da edificação ou melhoria de fixos (hospitais e albergues) destinados ao seu acolhimento. Diego Gelmírez, ao longo de seus anos como senhor-bispo, atuou no sentido de garantir (segurança, proteção), facilitar (isentar tributos) e melhorar as acomodações destinadas aos fiéis que se dirigiam ao coração de seu senhorio, a cidade de Compostela, em virtude da centralidade das peregrinações na política de exaltação da sé compostelana. Nesse projeto de distingui-la das demais igrejas ibéricas, projetando-a como uma igual a Roma e Jerusalém, a defesa da sua apostolicidade – confirmada pelo culto desenvolvido ao redor da

tumba do apóstolo e pelos peregrinos que a visitavam – foi fundamental dado que quaisquer petições por dignidades eclesiásticas (como o título de metropolitana) seriam sustentadas na crença de que as relíquias de Tiago jaziam em Galiza.

O interesse de Diego Gelmírez pelas peregrinações e pelo Caminho de Santiago antecede a sua consagração como bispo, haja vista que comprou o Hospital²⁰ dos peregrinos e inválidos (situado no arrabalde de Compostela) quando ainda era administrador diocesano e procurou engrandecê-lo por meios próprios (HC I, 19). Já no cargo, com o intuito de impulsionar o fluxo de fiéis pelo *iter francigenum* (caminho francês) e de lhes ofertar condições mínimas de hospedagem e segurança, ele cuidou da reconstrução do burgo de Cacabelos (vila leonesa) e de albergues localizados entre Astorga e Leão (HC I, 30). O cronista dessa parte da HC insiste no fato de que o senhor-bispo também fez uso de recursos pessoais nessas empreitadas, o que reforça a importância da atividade peregrinatória para o seu bispado. Estimular o fluxo de populações itinerantes era condição indispensável na sustentação da dinâmica comercial de Compostela e, por conseguinte, na salvaguarda dos seus interesses econômicos sobre o mercado urbano.

A extinção do tributo pago em Puente Sampayo – um dos pontos do território galego em que se cobrava imposto sobre a circulação de mercadorias – é outro exemplo da política gelmiriana de favorecimento de populações transitórias, nesse caso, mercadores. Segundo a HC, o prelado havia se comprometido a pagar com recursos da igreja de Santiago o que ali costumava receber o conde de Galiza, dom Raimundo. Entretanto, não foi preciso, pois Raimundo o supriu pouco antes de sua morte, ocorrida em 1107 (HC I, 24). Cabe enfatizar, assim como nos casos supracitados, que não se tratava de uma ação compassiva de um Gelmírez horrorizado com as cobranças indevidas e com as desonras sofridas pelos comerciantes, como advoga o cronista. Porém, estratégica: a ampliação de fluxos favorecia o desenvolvimento do mercado urbano, o qual, por sua vez, era uma fonte importante e crescente de recursos para o episcopado.

Nos decretos promulgados por Diego II, em 1113, fica manifesta a relevância e a ordinariade do elemento estrangeiro nas terras que integravam o senhorio de Santiago. A finalidade das leis era refundar a ordem, duramente abalada nas zonas rurais que pertenciam à diocese compostelana, devido à situação de caos social vivida nos territórios do reino leonês após o segundo casamento de Urraca. No item destinado ao tratamento que deveria ser dispensado aos mercadores e peregrinos, a lei estabelecia que “[...] não se embargará aos mercadores, romeiros e peregrinos e o que de outra maneira atuar, pague o dobro do que lhe tomou, seja excomungado e pague sessenta soldos ao dono daquele senhorio” (HC, 1994, p. 229). Embora não tenhamos condições de avaliar o rigor da aplicação desse decreto, está clara a importância conferida aos transeuntes por meio do peso das punições estipuladas a eventuais transgressores.²¹

²⁰ Tratava-se de uma casa de hospedagem para peregrinos pobres.

²¹ Outra situação que evidencia a preocupação de Diego Gelmírez com mercadores que se dirigiam a Compostela está manifesta em HC III, 18. Mercadores ingleses e de Lorena foram atacados pelo cavaleiro García Pérez, irmão do conde galego Rodrigo Pérez, quando seguiam o caminho que conduz os viajantes de Padrón a Compostela – eles haviam desembarcado no porto de Santiago (situado próximo a Padrón, no rio de Arosa). Ao ter notícias do ocorrido, Gelmírez ordenou a convocação de “[...] todos os burgueses da cidade e aos soldados de sua curia que tomassem as armas nesse mesmo momento para perseguir rapidamente ao raptor e a seus sequazes para vingar nele tão grande desonra e lhe arrebatar o botim” (HC, 1994, p. 521).

Outra situação que evidencia a preocupação de Diego Gelmírez com mercadores que se dirigiam a Compostela está manifesta em HC III, 18. Mercadores ingleses e de Lorena foram atacados pelo cavaleiro García Pérez, irmão do conde galego Rodrigo Pérez, quando seguiam o caminho que conduz os viajantes de Padrón a Compostela – eles haviam desembarcado no porto de Santiago

No ano de 1128, dom Diego concedeu ao Hospital de Santiago um terreno – situado entre a catedral e o monastério de San Martín - para que nele fosse construída uma igreja para dar sepultura aos pobres e peregrinos (HC II, 94), de tal maneira que os peregrinos defuntos teriam um espaço para a celebração de suas exéquias e enterro. Esta doação é mais um indício da preocupação de Gelmírez com os públicos transitórios que acudiam à tumba do apóstolo Tiago (Falque Rey, 1998). O prelado, que já havia feito doações de recursos econômicos à casa de hospedagem para suprir as demandas deste mundo, agora atendia às necessidades espirituais de seus usuários, objetivando a salvação de suas almas.

O conjunto das ações citadas é revelador da política gelmiriana de incentivar e favorecer o fluxo de populações transitórias ao santuário jacobeu. O favoritismo legal conferido a homens e mulheres estrangeiros, como eram a maior parte dos peregrinos que se deslocavam, sobretudo desde o reino de França, gerou animosidade com os nativos que se viam preteridos e ingeridos também em suas atividades comerciais. Os decretos de 1133 que buscavam, entre outros, regular os preços dos produtos no mercado compostelano tiveram como uma de suas estratégias a proibição de revendedores na urbe e nos seus arredores para evitar que atravessadores encarecessem o preço das mercadorias aos citadinos e forasteiros (HC III, 33). Nas palavras de James Forney (2011, p. 66), “[...] ao garantir repetidas condutas seguras e isenções de portagem para os mercadores viajantes, Gelmírez transformou Compostela em um espaço privilegiado para os estrangeiros, deixando de fora a classe mercante indígena”.

O esforço de Diego II para “popularizar” a peregrinação jacobea foi além de concessões e promulgação de leis. No campo literário, o *Codex Calixtinus*²² – publicado posteriormente sob o título de *Liber Sancti Iacobi* (LSI) - talvez seja o principal testemunho do seu envolvimento e entusiasmo com o fenômeno das peregrinações. É provável que a maior parte do LSI tenha sido elaborado sob o episcopado de Gelmírez e nos meios próximos à basílica com o propósito, grosso modo, de divulgar e enaltecer a peregrinação à Compostela e o culto a São Tiago (Rucquoi, 2007). De forma mais específica, podemos pontuar que a produção do LSI foi realizada para atender a questões de diferentes ordens: I) práticas dos peregrinos, como rotas mais adequadas, localização de alojamentos e rios com água saudável para consumo; II) teológico-religiosas, no caso dos milagres, homilias, orações e ritos; e III) políticas, vinculadas ao reconhecimento da apostolicidade da sé compostelana – elemento central na fundamentação de suas aspirações.

²² O *Liber Sancti Iacobi* é uma compilação de cinco livros distintos: o primeiro contém sermões, homilias e ofícios litúrgicos em honra ao apóstolo Tiago; o segundo é formado por vinte e dois milagres atribuídos a São Tiago, conhecido como o *Livro dos Milagres de Santiago*; o terceiro trata da transladação do corpo do apóstolo de Jerusalém, local onde sofreu o martírio, para Compostela, espaço no qual foi sepultado; o quarto livro é a Crônica do *Pseudo-Turpin* que trata da ida e da presença de Carlos Magno na Hispânia, apresentando-o como o responsável pela abertura do Caminho de Santiago; e o quinto se constitui um verdadeiro guia de viagens para os peregrinos e viajantes – nele está contida a descrição do Caminho, da cidade de Compostela e da catedral onde suas relíquias estão custodiadas (Vidote; Rui, 2011).

Diferentemente da HC, o LSI é um documento-monumento das peregrinações à Galiza. Não se trata agora de apenas insistir na tese de que o corpo do apóstolo Tiago jaz no extremo ocidente do mundo conhecido, na *finis terrae*, mas de trazer novas composições narrativas que recriam um imaginário coletivo no qual Carlos Magno – imperador dos francos – é apresentado como o primeiro peregrino, aquele que abriu o caminho (*iter francigenum*) e deu início à rota jacobea (Vidote; Rui, 2011). A atribuição – no trânsito do século XI ao XII - da descoberta do túmulo do apóstolo ao grande imperador do Ocidente, coroado por um papa, fornecia o respaldo necessário à sé de Compostela frente a uma Igreja gregoriana que questionava a sua apostolicidade (Rucquoi, 2007). Por outro lado, a fundação da igreja de Santiago – igualmente atribuída a Carlos Magno pelo *Pseudo-Turpin* (quarto livro do LSI) – era um importante argumento na sustentação de suas prerrogativas obtidas desde o século IX. Ademais, quando os autores da obra associam o imperador à narrativa primordial compostelana, eles desejam acoplar a sua imagem de defensor da fé e da ortodoxia a essa igreja. De modo semelhante aos cronistas da HC, os autores do LSI procuram reconhecer Roma como o centro da cristandade e manifestar consentimento aos seus ditames e obediência ao papa.

Além de criar um itinerário terrestre (o caminho francês) no qual a realidade e o maravilhoso se misturam, o LSI também propaga valores reformistas que a igreja romana vinha difundindo desde as últimas décadas do século XI: a) exaltação da virgindade ou da castidade dos religiosos; b) condenação da simonia; c) valorização do rito romano; e d) enaltecimento do papa como liderança máxima da cristandade (Vidote; Rui, 2011). A exaltação de São Tiago e de sua igreja de modo articulado a princípios reformadores romanos e a importantes figuras do Cristianismo, como Carlos Magno, ia ao encontro da causa compostelana, fosse na defesa dos privilégios alcançados no passado diante dos arcebispos de Toledo (primazes de Hispânia) que os contestavam, fosse na busca pela superação das discussões travadas no século XI a respeito da apostolicidade da sé de Compostela. Tendo na figura do imperador dos francos o seu primeiro peregrino, como uma espécie de “garoto-propaganda” da peregrinação jacobea, afirmava-se o repouso das relíquias de Tiago em Galiza.

Considerações finais

A propagação do culto a São Tiago, a promoção das peregrinações ao seu santuário e a defesa da apostolicidade da catedral compostelana foram elementos imprescindíveis na política de glorificação da sé de Compostela levada a cabo por Diego Gelmírez ao longo de seu episcopado. Na busca por valorizar, distinguir e enaltecer a igreja de Santiago em níveis local, inter-regional e intercontinental, Gelmírez não poupou recursos e esforços: promulgou leis favoráveis e construiu/reformou fixos voltados às populações transitórias; divulgou o culto jacobeu; deu continuidade à fabricação da catedral românica; fez contatos e acordos com importantes centros da cristandade (Cluny, Roma e Jerusalém); e implementou uma reforma litúrgico-eclesiástica em sua igreja. Uma leitura apressada de seus anos de governo poderia até mesmo chegar à conclusão de que dom Diego foi um prelado “pró-francês” ou “pró-Roma”. Porém, não se trata disso. Diego II foi ferozmente pró-Compostela – como afirma Rucquoi (2011). A sua adesão a

ritos, costumes e estilos estrangeiros deve ser lida sobretudo na perspectiva de quem laborava em prol da elevação da dignidade de sua sé.

Contudo, a política que conduziu o primeiro arcebispo de Santiago à glória também o levou aos seus piores dias de vida. As rebeliões compostelanas sacudiram os alicerces do seu poder até o limite de quase sucumbir: tanto em 1117, quanto em 1136, a morte lhe tocou a face. Insatisfeitos com seu projeto que destruía edifícios e tradições locais em prol de outros costumes e gentes estrangeiras, os cidadãos mais influentes se insurgiram contra o senhor-bispo, com o intuito de reformar o sistema espacial de Compostela através do controle e manejo dos mecanismos de exercício do poder.

REFERÊNCIAS

FONTES MEDIEVAIS IMPRESSAS

HISTORIA COMPOSTELANA (HC). Introducción, traducción, notas y índices de Emma Falque. Madrid: Akal, 1994.

HISTORIA COMPOSTELANA (HC). In: *CORPVS CHRISTIANORVM: Continuatio Medievalis*, Turnhout, v. 70. Edição de Emma Falque Rey. Turnhout: Brepols, 1988.

LIBER SANCTI IACOBI ‘Codex Calixtinus’. Organizaçao de Moralejo et al. Reed. de X. Carro Otero. Pontevedra: Xunta de Galicia, 1992.

BIBLIOGRÁFICAS

ABOU-EL-HAJ, Barbara. Santiago de Compostela in the time of Diego Gelmírez. *Gesta*, v. 36, n. 2, p. 165-179, 1997.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos. *Sacerdocio y Reyno en la España Altomedieval*. Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VII – XII. Madri: Sílex, 2008.

BARREIRO SOMOZA, José. A tensión dialéctica entre burguesía e señores feudales nas primeiras formacións burguesas de Compostela: 1050-1150. In: BARROS, Carlos; VILAS NOGUEIRA, J. (org.). *Dende Galicia, Marx: homenaxe a Marx no 1º centenario da sua morte*. Castro: A Corunha, 1985. p. 219-242.

BARRERO SOMOZA, José. *El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX XIII)*. La Coruña: Imprenta Provincial, 1987.

BARROS, José D'Assunção. Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, Bogotá, v. 29, n. 2, p. 493-504, 2020.

BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.

- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio. Un adro para un bispo: modelos e intencións na fachada de Praterías. In: VIGO TRASANCOS, Alfredo (coord.). *Ciencias Sociais e Humanidades*, vol. 10, p. 231-264, 1998. CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión. In: LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.). *Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012. p. 13-50.
- ESTEPA DÍEZ, Carlos. Sobre las revueltas burguesas en el siglo XII en el Reino de León. *Archivos leoneses: Revista de Estudios y Documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*, Leão, n. 55-56, p. 291-307, 1974.
- FANDIÑO FUENTES, Rafael. La “translatio” de los Santos Mártires de Braga a Compostela: reflexiones sobre el capítulo I, 15 de la “Historia Compostelana”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, v. 64, p. 119-140, 2017.
- FALQUE REY, Emma. Las peregrinaciones a Santiago en la Historia Compostelana. *Compostellanum*, v. 43, n. 1-4, p. 588-592, 1998.
- FLETCHER, Richard. *A vida e o tempo de Diego Xelmírez*. Vigo: Galaxia, 1993.
- FORNEY, Christopher James. Spaces of exclusion in twelfth-century Santiago de Compostela. *Comitatus*, v. 42, p. 55-88, 2011.
- MARTÍNEZ, Salvador H. *La rebelión de los burgos: crisis de estado y coyuntura social*. Madrid: Tecnos, 1992.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. *Iglesia, herejía y vida política en la Europa medieval*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007.
- MONTENEGRO, Julia. El cambio de rito en los reinos de León e Castilla según las crónicas. In: MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; RODRIGUES, Ana (org.). *La construcción medieval de la memoria regia*. Valencia: Universitat de València, 2011. p. 71-86.
- PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo. De Gelmírez a los irmandiños: conflictos sociales en la ciudad de Santiago. In: ESTEPA DÍEZ, Carlos; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; PÉREZ-ALFARO, Cristina Jular (coord.). *El camino de Santiago: estudios sobre peregrinación y sociedad*. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 2000. p. 107-132.
- PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo. Revueltas compostelanas del siglo XII: un episodio en el nacimiento de la sociedad feudal. In: VILLARES PAZ, Ramón (ed.). *La ciudad y el mundo urbano en la historia de Galicia*. Santiago de Compostela: Tórculo, 1988. p. 89-105.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo. Revueltas feudales en el camino de Santiago: Compostela y Sahagún. In: PEÑA SOLAR, Juan I. Ruiz de la (ed.). *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela y San Salvador de Oviedo en la Edad Media*. Oviedo: Principado de Asturias, 1993. p. 313-333.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna. *Conflictos sociales y estancamiento económico en la España medieval*. Barcelona: Ariel, 1973.

REAL, Manuel Luis. O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In: CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA, 1., 1990, Braga. *Actas.... Braga*: Universidade Católica Portuguesa, 1990. v. 1, p. 435-489. REAL, Manuel Luis. O caminho de Santiago: a criação de um itinerário. *Signum*, São Paulo, v. 9, p. 95-120, 2007.

RUBIO SADIA, 2006

RUBIO SADIA, Juan Pablo. El cambio de rito en Castilla: su iter historiográfico en los siglos XII y XIII. *Hispania Sacra*, LVIII, 117, enero-junio 2006, p. 9-35.

RUCQUOI, Adeline. Diego Gelmírez: un archevêque de Compostelle “pro-fançais”? *Ad limina*, Santiago de Compostela, n. 2, p. 157-176, 2011.

RUST, Leandro Duarte. *Bispos guerreiros: violência e fé antes das cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS (2006)

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. A reforma gregoriana e o bispado de Santiago de Compostela segundo a Historia Compostelana. *Anuario brasileño de estudios hispánicos*, n. 10, p. 217-232, 2000.

VÁZQUEZ DE PARGA, Luis. La revolución comunal de Compostela en los años 1116 y 1117. *Anuario de Historia Del Derecho Español*, Madrid, n. 16, p. 685-703, 1945.

VIDOTE, Adriana; RUI, Adailson José. Caminhos físicos, imaginários e símbolos: o culto a são Tiago e a peregrinação à Compostela na Idade Média. *Projeto de História revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 42, 2011.